

LINGUAGENS DOCUMENTAIS PARA AS BIBLIOTECAS ESCOLARES: o caso da Espanha, Portugal e Brasil¹

María del Carmen Agustín-Lacruz*
Mariangela Spotti Lopes Fujita**
Ana Lúcia Silva Terra***

RESUMO

Este artigo analisa as características específicas e os processos de indexação e classificação realizados em bibliotecas escolares para tratar e recuperar as informações de suas coleções. Também se analisam as linguagens como ferramentas documentais específicas utilizadas em bibliotecas escolares portuguesas espanholas, portuguesas e brasileiras. Para atingir este objetivo, o modelo de biblioteca escolar é estudado de forma crítica, se analisa o conceito de biblioteca escolar de forma crítica, se estudam suas funções e se examinam as técnicas e os instrumentos que permitem organizar a informação. Entre outras ferramentas, estudam-se listas de cabeçalhos de assuntos como os *Cabeçalhos de assuntos para livros infantis e juvenis* e a *Lista de Cabeçalhos de assuntos para as bibliotecas*; sistemas de classificação, como a *Classificação Decimal Universal* (edição de bolso) ou a classificação por centros de interesse e tesouros especializados como o *Tesouro da Educação UNESCO-OIE* e o *Tesouro Europeu da Educação*, entre outros.

Palavras-chave: Bibliotecas escolares; Indexação; Classificação; Organização da informação; Sistemas de classificação; Listas de Cabeçalhos de assuntos; Tesouros; Espanha; Brasil; Portugal

* Doutora em Filosofia e Letras pela Universidade de Zaragoza, Espanha. Professora Titular do Departamento de Ciências da Documentação e Historia da Ciência da Faculdade de Filosofia e Letras da Universidade de Zaragoza, Espanha.
E-mail: cagustin@unizar.es.

** Doutora em Ciências da Comunicação pela Universidade de São Paulo, Brasil. Professora Titular em Leitura Documentária e Indexação na Universidade Estadual Paulista Julio de Mesquita Filho, Campus de Marília, Brasil.
E-mail: fujita@marilia.unesp.br.

*** Doutora em Ciência da Informação pela Universidade de Coimbra, Portugal. Professora Adjunta na Escola Superior de Estudos Industriais e de Gestão do Instituto Politécnico do Porto, Portugal.
E-mail: anatterra@eu.ipp.pt.

I INTRODUÇÃO

As bibliotecas escolares se concebem atualmente como espaços educativos que proporcionam à comunidade educacional a que servem coleções de recursos bibliográficos e documentais orientada para a aprendizagem. Do ponto de vista técnico e organizacional, assemelham-se às bibliotecas públicas, com as quais podem vir a estabelecer redes de colaboração. No entanto, têm características e oferecem serviços diferenciados, como o apoio

ao desenvolvimento do currículo e programas de atividades didáticas.

Na Espanha, diversas circunstâncias - alterações legislativas, cortes no orçamento, a indefinição no perfil profissional dos bibliotecários escolares, entre outras - têm dificultado significativamente a consolidação e sustentabilidade de tais bibliotecas. Assim como em outros serviços sócio-educacionais, bibliotecas escolares também experimentam mudanças em muitos aspectos: a definição dos seus objetivos é adaptada às novas funções; novos serviços são oferecidos; as coleções adquirem um caráter cada vez mais audiovisual e multimídia; aumenta a cooperação entre os centros graças às redes apoiadas pelas TIC e ambientes digitais.

De outro lado, o modelo de biblioteca escolar espanhol é caracterizado pela ausência de

¹ Uma primeira versão deste artigo foi apresentada na cidade do Porto, Portugal, em novembro de 2013, no I Congresso ISKO Espanha e Portugal e XI Congresso ISKO España. Com as contribuições da discussão realizada, o texto foi ampliado, atualizado e adaptado. Agradecemos à Profa. Dra. Fernanda Ribeiro a autorização para publicação nesta revista.

um marco legislativo comum e, simultaneamente, pela heterogeneidade de concreções produzidas em diferentes regiões autônomas, levando a uma diferença significativa entre os diferentes territórios, que se aconselharia definir normas básicas que estabelecesse as formas de interrelacionar as bibliotecas escolares dentro do sistema de ensino e dentro do conjunto de sistemas de bibliotecas.

Em Portugal, o Ministério da Educação criou, em 1996, a Rede de Bibliotecas Escolares (RBE) com a participação das Câmaras Municipais, bibliotecas públicas municipais e direções regionais de educação, coordenada pelo Gabinete da Rede de Bibliotecas Escolares. O objetivo foi o de dotar bibliotecas escolares a todas as escolas públicas para melhorar os hábitos de leitura e facilitar o acesso à informação para todos os alunos. Atualmente, a RBE é formada por 3.000 centros em que trabalham professores bibliotecários figura legalmente criada em 2009 pela Portaria 756/2009, a fim de dotar as bibliotecas escolares dos recursos humanos necessários para garantir seu papel inovador no modelo organizacional das escolas, promovendo na comunidade educativa o desenvolvimento das competências de acesso e uso da informação.

As bibliotecas escolares brasileiras, anteriormente em estado de desenvolvimento incipiente, após a publicação da Lei 12.244 de 24 de maio de 2010, que prevê a universalização das bibliotecas nas instituições de ensino do Brasil em um prazo máximo de 10 anos, a existência de bibliotecas escolares adquiriu uma dimensão política, uma vez que esta lei estipula no artigo 2.1 que

será obrigatório uma coleção bibliográfica na biblioteca de, ao menos, um título por cada estudante matriculado, podendo o sistema educativo determinar o aumento desta coleção conforme a sua realidade, assim como difundir diretrizes para a custódia, conservação, organização e funcionamento das bibliotecas escolares.

Esta lei prevê a instalação de bibliotecas em todas as instituições de ensino do país, públicas ou privadas, determina o papel dos bibliotecários e o número mínimo de livros com base no número de alunos matriculados. A partir dela, todos os níveis de governo federal, estadual e municipal, têm a obrigação de criar, instalar ou adaptar bibliotecas.

2 OBJETIVOS E METODOLOGIA

Neste contexto, o objetivo deste trabalho é analisar os processos de indexação e classificação que se realizam nas bibliotecas escolares para processar e recuperar a informação que albergam suas coleções, assim como descrever as características mais relevantes das ferramentas específicas que se usam nas bibliotecas escolares espanholas, brasileiras e portuguesas, adaptadas às características dos usuários que utilizam seus serviços e se socorrem a elas para resolver necessidades de informação.

Para alcançar este propósito, analisa-se o conceito de biblioteca escolar de forma crítica, estudam-se suas funções e examinam-se as técnicas e os instrumentos que permitem organizar a informação. Entre outras ferramentas, estudam-se as características e benefícios de listas de cabeçalhos de assuntos como os Cabeçalhos de assuntos para livros infantis e juvenis e a Lista de Cabeçalhos de assuntos para as bibliotecas; sistemas de classificação, como a Classificação Decimal Universal (edição de bolso) e a classificação por centros de interesse e tesouros especializados como o *Tesouro da Educação UNESCO-OIE* e o *Tesouro Europeu da Educação*, entre outros.

3 MARCO CONCEITUAL

3.1 A biblioteca escolar: definição e objetivos

A expressão *biblioteca escolar* é pouco precisa, já que inclui coleções documentais muito variadas que formam parte de centros e níveis educativos distintos. Designa as bibliotecas localizadas tanto em colégios como institutos, escolas de idiomas, de música e dança, de artes, centros de educação de pessoas adultas, de educação permanente, centros de professores e recursos, de educação não regulamentada, etc.

De forma geral, considera-se que a biblioteca escolar é um serviço de informação básica para todos os membros de uma comunidade educativa, que forma parte dos espaços educativos dos centros e dos processos pedagógicos que neles têm lugar.

As bibliotecas escolares proporcionam recursos para as atividades de ensino-

aprendizagem, estão constituídas por um conjunto sistematizado e dinâmico de serviços e coleções documentais que fazem possível o cumprimento de diversos objetivos (AGUSTÍN LACRUZ, 2011):

- a) Desenvolver o hábito leitor e o gosto pela leitura;
- b) Aprender a buscar, localizar e valorizar a informação e suas fontes (sua atualidade, confiabilidade, qualidade, etc.);
- c) Conhecer diferentes suportes documentais, seus formatos e estrutura, assim como os dispositivos para acessar seu conteúdo;
- d) Conhecer as características e as utilidades de distintos tipos de documentos (atlas, dicionários, glossários, enciclopédias, diretórios, etc.);
- e) Executar distintas interações com os recursos disponíveis (discutir e acrescentar consultas a Wikipedia, por exemplo) e
- f) Facilitar o conhecimento e uso de distintas versões dos textos e das fontes de informação (versões digitais/impresas; diferentes edições de uma obra; distintos formatos de dicionários, etc.).

3.2 Marco normativo internacional para o desenvolvimento das bibliotecas escolares

No ano de 2000, as organizações internacionais IFLA (International Federation of Library Associations and Institutions) e UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura) difundiram conjuntamente o *Manifesto da Biblioteca Escolar*.

Trata-se de um documento propositivo, traduzido em diferentes línguas, que declara de forma explícita que as bibliotecas escolares são parte integrante do processo educativo, pois proporcionam aos estudantes informação e ideias para desenvolver-se com êxito na sociedade; assim como competências para a aprendizagem ao longo de toda a vida e também contribuem para desenvolver a imaginação e a cidadania responsável.

Entre as funções que desenvolve a biblioteca escolar, IFLA e UNESCO enumeram as seguintes:

- a) Respalda e realiza os objetivos do projeto educativo do centro escolar e do plano de estudos;

- b) Inculcar e fomentar nos estudantes o hábito e o prazer da leitura, a aprendizagem e a utilização das bibliotecas ao longo de toda sua vida;
- c) Oferecer oportunidades para realizar experiências de criação e utilização de informação a fim de adquirir conhecimentos, compreender, desenvolver a imaginação e entreter-se;
- d) Prestar apoio a todos os estudantes para a obtenção e aplicação de capacidades que permitam avaliar e utilizar a informação, independentemente de seu suporte, formato ou meio de difusão, tendo em conta a sensibilidade das formas de comunicação que existem na comunidade;
- e) Facilitar o acesso aos recursos e possibilidades locais, regionais, nacionais e mundiais para que os estudantes tenham contato com ideias, experiências e opiniões variadas;
- f) Organizar atividades que estimulem a conscientização e a sensibilização no plano cultural e social;
- g) Trabalhar com o alunado, o professorado, a administração e as famílias para realizar o projeto educativo do centro escolar;
- h) Proclamar a ideia de que a liberdade intelectual e o acesso à informação são fundamentais para exercer a cidadania e participar na democracia com eficiência e responsabilidade; e
- h) Fomentar a leitura e promover os recursos e serviços da biblioteca escolar dentro e fora do conjunto da comunidade escolar.

Para cumprir estas tarefas (AGUSTÍN LACRUZ, 2011), a biblioteca escolar – segundo as recomendações propostas por IFLA e UNESCO – tem de formular políticas e criar serviços, selecionar e adquirir materiais, facilitar o acesso material e intelectual às fontes de informação adequadas, proporcionar recursos didáticos e empregar pessoal capacitado.

Este *Manifesto* tem alcançado uma grande repercussão e tem impulsionado desde sua publicação o trabalho de numerosos educadores e bibliotecários que desenvolvem um modelo ativo de biblioteca escolar entendida como mediadora do conhecimento e como promotora dos processos de aprendizagem dos estudantes,

futuros cidadãos e cidadãs, sem distinção de origem social, econômico ou cultural.

Com o propósito de ajudar as escolas no processo de implementar os princípios do *Manifesto*, redigiram-se as *Diretrizes da IFLA/UNESCO para a biblioteca escolar* no ano de 2002. Este documento apresenta um modelo para promover a biblioteca escolar nos centros e aborda aspectos tais como a missão da biblioteca, recursos (financiamento, localização e espaço, equipamento, coleção...), funções, habilidades e responsabilidades do pessoal bibliotecário, possíveis atividades e cooperações, formação de usuários, alguns programas para o desenvolvimento da biblioteca e a instrução em destrezas para o estudo e a competência informativa, etc.

3.3 Linguagens documentais em bibliotecas

Uma linguagem documentária, também conhecida na literatura como Linguagem de indexação, é um conjunto controlado de termos dotados de regras sintáticas e semânticas cujo objetivo é a representação de conceitos significativos dos assuntos dos documentos durante a indexação na fase de tradução e durante a busca a representação do assunto de interesse do usuário.

O uso de uma linguagem documentária para escolha do descritor ou cabeçalho de assunto reduz a diversidade e a ambigüidade do vocabulário e estabelece uma uniformidade de representação dos termos selecionados pelo indexador para descrever o assunto dos documentos, já que vários autores podem utilizar diferentes palavras para expressar uma mesma idéia, assim como os usuários podem apresentar diversidade de vocabulário quando da expressão de uma estratégia de busca.

Analizados seus aspectos de estrutura e funcionalidade, a linguagem documental como ferramenta de controle de vocabulário apresenta-se por meio de tipologias diferenciadas pela forma e objetivos diversos. Considerando-se o aspecto de estrutura, é bem típico referir-se às linguagens documentárias alfabéticas e às linguagens documentárias hierárquicas.

O critério de divisão defendido por Gil Urdiciain ([1996]) consiste nas características de:

- controle: livres e controladas;
- coordenação: pós-coordenadas e pré-coordenadas

- estrutura: hierárquica, combinatória e sintática Guimarães (1990) considera que as linguagens documentárias, de acordo com a forma de apresentação dos conceitos, são Classificadas ou hierárquicas e Alfabéticas e conforme a coordenação dos conceitos, pós-coordenada e pré-coordenadas.

Nas linguagens de *estrutura hierárquica*, os termos relacionam-se entre si a partir da subordinação e “co-subordinação”, constituindo-se como uma relação assimétrica entre dois elementos, onde um é superior ao outro por caráter normativo (VISCAYA ALONSO, [1997]). São exemplos de estrutura hierárquica os sistemas de classificação, como por exemplo: Classificação Decimal de Dewey - CDD, Classificação Decimal Universal - CDU e a Classificação Bibliográfica de Bliss.

Nas linguagens de *estrutura alfabética*, tal como o tesouro e as listas de cabeçalhos de assuntos, os termos que a integram são ordenados alfabeticamente.

As listas de cabeçalhos de assuntos são talvez, as formas mais antigas de sistema alfabético de assunto e sua prática de elaboração dos catálogos desenvolvidos na Library of Congress dos Estados Unidos, sedimentou o uso do cabeçalho de assunto na formação das entradas dos catálogos de bibliotecas.

Os sistemas de classificações gerais e especializados, com suas estruturas hierarquizadas forneceram importantes subsídios para a elaboração dos tesouros que necessitavam estabelecer uma classificação dos termos segundo uma ordem hierárquica.

O tesouro, como linguagem documentária alfabética, não é só uma listagem de termos em ordem alfabética, mas apresenta uma estrutura semântica fortemente constituída a partir das unidades léxicas que compõem o seu vocabulário. Segundo Gil Urdiciain ([1996], p.185) e Van Slype (1991, p. 37), os elementos que compõem a estrutura dos tesouros são as unidades léxicas e as relações semânticas.

4 A TAREFA BIBLIOTECÁRIA DE ORGANIZAR A INFORMAÇÃO

Um dos principais ativos da biblioteca escolar são os recursos de informação de que

dispõe. Não obstante, a grande abundância e a variedade dos mesmos, podem chegar a saturar os usuários, sem chegar a resolver as necessidades que têm. Por outro lado, se a coleção da biblioteca não está organizada, as tarefas de busca e localização da informação são complicadas e a qualidade dos recursos obtidos, questionável.

Para poder levar a cabo os objetivos e desempenhar corretamente as funções que lhe são próprias, a biblioteca escolar necessita organizar a informação. Os bibliotecários devem conhecer em profundidade as características específicas do acervo documental e das fontes disponíveis; as técnicas e ferramentas adequadas para processar e tratar a coleção bibliográfica assim como os métodos de recuperação da informação.

O entusiasmo que provocou entre os profissionais a automatização de tarefas muito laboriosas, como a descrição e a análise de documentos –a denominada catalogação– que requer conhecimentos técnicos rigorosos e especializados, assim como o fato de que potentes tecnologias como a web ou o hipertexto aumentam exponencialmente tanto a acessibilidade online, como a consulta direta às coleções digitais e as possibilidades de realizar buscas muito precisas nos catálogos – por títulos, autores e assuntos, principalmente–, tem contribuído para ampliar a expectativa utópica de que, em um futuro próximo, será possível acessar de forma universal todas as publicações, sem necessidade de processar e organizar a informação.

No entanto, atualmente, ainda não existe nenhuma fórmula mágica que permita organizar a informação sem esforço. Talvez o futuro conceda surpresas. No momento, para poder acessar aos recursos de informação, é necessário organizá-los previamente.

5 FERRAMENTAS PARA ORGANIZAR A INFORMAÇÃO NAS BIBLIOTECAS ESCOLARES

Os processos de tratamento documental são realizados mediante o emprego de instrumentos que fazem possível a análise e a recuperação dos documentos que compõem o fundo bibliográfico.

Entre eles, destacam-se as linguagens documentais definidas como conjuntos controlados de terminações munidas de regras sintáticas e semânticas que têm por objeto a representação dos conceitos significativos dos temas dos documentos tanto durante a fase de indexação, como durante a fase de busca de informação por parte do usuário.

Nas bibliotecas escolares empregam-se linguagens documentais de todo tipo: pré-coordenadas e pós-coordenadas; hierárquicas e associativas; de natureza enciclopédica ou específica, porém em qualquer caso, adaptadas às características dos usuários que utilizam seus serviços e acodem a elas.

Ao estudo das ferramentas que permitem organizar a informação nas bibliotecas escolares, dedicam-se as seguintes epígrafes.

5.1 Ferramentas usadas na Espanha

5.1.1 Os cabeçalhos de assuntos para livros infantis e juvenis

Trata-se de uma lista de cabeçalhos de assuntos elaborada pelo professor Alberto Villalón e publicada no ano 1994 para facilitar o acesso de crianças e jovens aos catálogos alfabéticos de assuntos.

Foi redigida de forma expressa para a biblioteca e o centro de documentação do Centro Internacional do Livro Infantil e Juvenil de Salamanca, pertencente à Fundação Germán Sánchez Ruipérez, para resolver as demandas de informação de seus usuários, relacionadas com tarefas escolares e com a localização de livros sobre temas determinados, tanto de ficção como de informação e conhecimento. Isto explica que inclui cabeçalhos de assuntos que permitem representar e recuperar o conteúdo dos livros de ficção, característica nada habitual em outras ferramentas similares.

A obra contém uma lista alfabética de mais de 2.000 registros, que compreendem:

- a) Cabeçalhos principais aceitos que podem ser usados na designação de assuntos e que constituem a grande maioria das entradas. Podem incluir uma nota de escopo que orienta o usuário sobre a maneira de usar o cabeçalho e também relações associativas

- (ER) que vinculam semanticamente uns cabeçalhos com outros.
- b) Termos não aceitos, integrados por sinônimos e quase sinônimos dos cabeçalhos aceitos. Relacionam-se com eles mediante referências, do tipo UP (Usado por) e V (Ver);
 - c) Sub-cabeçalhos, que delimitam o escopo e a significação dos cabeçalhos principais. Podem ser: subcabeçalhos cronológicos, geográficos, temáticos e formais. Estão localizados debaixo de cada cabeçalho cujo significado precisa ser precedido de hífen.
 - d) Cabeçalhos com dupla função, que podem ser usados tanto como cabeçalhos principais, como sub-cabeçalhos.

A publicação reúne tanto a própria Lista de Cabeçalhos, como uma breve introdução teórica, um conjunto de propostas sobre a designação de assuntos no processamento de livros, 100 exemplos e casos práticos da utilização da lista, como a relação bibliográfica das principais fontes utilizadas para sua redação.

5.1.2 A Classificação Decimal Universal de bolso

A Classificação Decimal Universal (CDU) é um modelo de classificação do conhecimento muito versátil, que se adequa a uma ampla variedade de situações e contextos. Possui uma estrutura temática ampla, lógica e clara, de natureza hierárquica e permite a expressão de um mesmo tema ou assuntos com distintos níveis de especificidade. Seu sistema de notação sintético permite a expressão de ideias complexas com um alto grau de precisão, e seu carácter expansivo, torna possível ajustar o tamanho das rubricas –simplificando-as ou ampliando-as– de acordo com as distintas necessidades e requisitos.

Um de seus usos mais habituais é sua capacidade como sistema de ordenação física dos documentos nas estantes das bibliotecas. A CDU pode organizar distintos tipos de materiais (coleções de moedas, minerais, insetos, restos arqueológicos, pinturas, gravuras, etc.) e sua versatilidade permite as bibliotecas usa-la para classificar de forma temática e cronológica suas coleções bibliográficas, enquanto que as bibliotecas de centros musicais podem vincular

documentos (audiovisuais, sonoros, textuais e gráficos) com instrumentos de música e outros objetos. Nos catálogos bibliográficos, a CDU permite aos usuários acessar a coleção por assuntos e sub-assuntos –navegando pela árvore de hierarquias e as relações entre conceitos–, assim como a busca mediante notações ou termos truncados. Sua riqueza terminológica e suas sólidas relações semânticas fazem com que, além de ordenar as coleções físicas, se use também a CDU para organizar e recuperar coleções digitais; para elaborar índices e construir tesouros, assim como para facilitar o intercâmbio internacional de informação bibliográfica, pois facilita a translação de conceitos entre diferentes idiomas ou sistemas de classificação.

A CDU de bolso possui uso muito difundido na Espanha para a organização de coleções pequenas, como as de bibliotecas escolares ou os municípios pequenos, as coleções pessoais, as bibliotecas de hospital, as bibliotecas infantis, etc. Para todas elas são adequadas as edições CDU de bolso – ou a versão breve da CDU acessível online–, porque o tamanho dos acervos não requerem classificações muito detalhadas nem excessivamente complexas.

A CDU de bolso inclui, além das listas sistemáticas, auxiliares e principais um índice alfabético, uma introdução que explica a estrutura da obra e numerosos exemplos práticos para facilitar seu uso.

5.1.3 A classificação por centros de interesses

As classificações bibliotecárias tradicionais –como a CDU– estão vinculadas a uma concepção do saber disciplinar, organizada em compartimentos independentes. Nos últimos anos, as bibliotecas têm ensaiado modelos de organização mais interdisciplinares e transversais, como a “classificação por centros de interesses”, modificando os sistemas tradicionais nos quais a ordenação física se vincula com o destacamento disciplinar canônico (AGUSTÍN LACRUZ, YUBERO, 2009).

A classificação por centros de interesses tem seu precedente nas práticas de alguns bibliotecários estadunidenses que, nos anos quarenta e cinquenta do século passado, começaram a experimentar nas seções de documentos dispostos em livre acesso formas de

organização bibliográfica temática, alternativas na classificação sistemática de Dewey. Estas atividades seguiam o princípio organizativo de orientar-se segundo os interesses do leitor –*reader interest arrangement*–.

Na Europa, esta forma de organização documental permeou na Alemanha da pós-guerra dos anos cinquenta e sessenta – na qual a presença militar e cultural norte-americana era muito notória– através da Amerika Gedenk-Bibliothek localizada em Berlim, cuja influência se estendeu em anos sucessivos nas bibliotecas de MÜNSTER, Mülheim an der Ruhr e Gütersloh. Anos mais tarde, também na França diferentes bibliotecas de Grenoble, Le Mans, Valencia, e em Paris, a Biblioteca Pública de Informação, coincidiam na busca de formas de organização dos fundos bibliográficos mais simples, próximas e “sedutoras” para os usuários. Em boa medida, porque compartilhavam parte dos métodos didáticos do médico e pedagogo belga Ovide Decroly, acerca da psicologia da leitura e especialmente, acerca dos denominados “centros de interesse”.

Na Espanha, este sistema de organização de fundos introduziu-se através da Fundação Bertelsman, na biblioteca de “Can Torró” de Alcedia, que atuou desde sua inauguração no ano de 1988, como eficaz divulgadora das vantagens deste modelo organizativo. A iniciativa se somou, cinco anos mais tarde, à biblioteca “Casa de las Conchas” em Salamanca. Posteriormente, o sistema se estendeu à Biblioteca Pública do Estado de Tarragona, à biblioteca Pública Municipal de Sestao e à multidão de pequenas e médias bibliotecas espanholas.

A classificação por centros de interesses, tal como a define Domínguez Sanjurjo (2002) é uma forma de organização e apresentação dos fundos bibliográficos utilizada nas seções de livre acesso das bibliotecas como sistema alternativo à disposição tradicional baseada na classificação sistemática. Seu objetivo fundamental é otimizar a acessibilidade aos fundos por parte dos usuários, criando uma “topografia documental” mais intuitiva e próxima. Para alcançá-lo, utilizam-se critérios de ordenação próximos às formas de pensar e apresentar demandas que utilizam os usuários habituais de uma biblioteca. Os centros de interesse não se adaptam ao esquema de categorização dos sistemas

“canônicos” de classificação bibliográfica, se não que, de forma flexível e versátil, adequando-se aos gostos e inclinações mostrados pelos usuários da biblioteca. Trata-se, portanto, de um método de ordenação temático, porém não sistemático nem disciplinar ao uso.

5.1.4 O tesouro da educação UNESCO-OIE

O Tesouro da Educação UNESCO-OIE (Oficina Internacional de Educação) é uma importante ferramenta de trabalho utilizada em numerosos centros de documentação para a indexação de documentos que tratam sobre a educação, as instituições e programas internacionais e os profissionais relacionados com a docência.

Seus descritores proporcionam uma terminologia especializada e estruturada para uma análise de dados relativos à educação em nível internacional e se utilizam para a indexação de materiais no catálogo eletrônico IBEDOCs.

O Tesouro não deve ser considerado nem como um dicionário nem como um glossário, muito menos como um sistema para classificar o conteúdo de uma biblioteca, mas sim como um instrumento para indexar e recuperar o conteúdo de documentos relativos a assuntos de sua especialidade. Os campos semânticos que o integram, representam o primeiro nível de classificação e proporcionam sete vastos grupos de termos que descrevem a educação e o contexto em que se desenvolve, e um grupo que identifica essencialmente os nomes próprios. Os campos semânticos sobrepõem-se, interpenetram-se e não podem ser definidos ou delimitados de maneira estrita.

A edição inicial data dos anos 70 e a mais recente data do ano 2007 e está disponível online, unicamente em língua inglesa, no endereço web <http://www.ibe.unesco.org/es/servicios/documentos-en-linea/tesauro-de-la-educacion-unesco-oie/sexta-edicion-2007.html>.

Esta localização também proporciona acesso a:

- a) Lista alfabética dos descritores e identificadores, disponível em http://www.ibe.unesco.org/fileadmin/user_upload/Publications/IBE_Thesaurus/TH_alpha_array_Oct07.pdf;
- b) Lista por facetas dos descritores e identificadores, disponível em http://www.ibe.unesco.org/fileadmin/user_upload/Publications/IBE_Thesaurus/TH_facet_array_Oct07.pdf;

www.ibe.unesco.org/fileadmin/user_upload/Publications/IBE_Thesaurus/TH_faceted_arrayOct07.pdf y;

- c) Lista de permutação de termos, Disponível em http://www.ibe.unesco.org/fileadmin/user_upload/Publications/IBE_Thesaurus/TH_permuted_listOct07.pdf.

A tradução ao espanhol foi publicada pela primeira vez em 1977.

5.1.5. O Tesouro Europeu da Educação

O Tesouro Europeu da Educação (TEE) é a linguagem de indexação por excelência dos centros de documentação e dos sistemas de informação em assuntos de educação dos diferentes países da Europa. Constitui o principal resultado de dezessete anos de cooperação entre o Conselho de Europa e a Comissão das Comunidades Europeias, iniciados em 1981.

Seu caráter autenticamente multilíngue confere grande parte de seu valor, pois todos os idiomas possuem um nível idêntico: cada conceito presente se expressa mediante um descritor em cada idioma; as particularidades e a riqueza dos idiomas da União Europeia tem-se em conta mediante notas de aplicação e não-descritores cujo conteúdo e número variam segundo o idioma de que se trate.

Esta apresentação multilíngue faz do tesouro um instrumento privilegiado de comunicação entre os especialistas em educação dos diferentes países para intercambiar informações ou enriquecer, de comum acordo, os bancos de dados pertencentes aos sistemas de documentação nacionais ou internacionais.

Tem resultado ser uma ferramenta muito adequada para a indexação dos fundos bibliográficos de bibliotecas como a Biblioteca de Documentação Pedagógica de Florença (<http://www.indire.it/risorse/banche/catalogobdp.htm>); Redinet, rede estatal de bases de dados de informação educativa, (<http://www.mec.es/redinet2/html/>); Bibliomec, Biblioteca do Ministério de Educação (<http://www.mec.es/cide/biblioteca/biblioteca.htm>); para a indexação das bases de dados de EURYDICE (a rede de informação da UE sobre a educação em Europa) e, em especial, para sua base de dados sobre os sistemas educativos da Comunidade (EURYBASE <http://www.eurydice.org>), assim como para o

mais recente projeto europeu PERINE (<http://www.dipf.de/perine/database/datab2.htm>).

O Tesouro Europeu da Educação abarca os diversos assuntos e campos temáticos que integram o âmbito interdisciplinar da educação: Princípios e sistemas educativos; Políticas de ensino; Estabelecimentos de ensino, pessoal docente, alunos; Edifícios escolares e materiais pedagógicos; Programas de ensino e matérias ministradas; Investigação em assuntos de educação e informação pedagógica; Psicologia da educação; Sociologia da educação; Economia da educação e; Administração pública. Sua estrutura terminológica está integrada por:

- a) Descritores, são os termos que se utilizam obrigatoriamente para representar os conceitos na indexação dos documentos e na formulação das perguntas;
- b) Não-descritores, são sinônimos ou termos que designam conceitos muito próximos aos representados pelos descritores, uma vez que constituem pontos de acesso no tesouro. O número de não-descritores pode variar de um idioma a outro e aparecem sempre em letra cursiva;
- c) Notas de aplicação, explicam sucintamente o sentido em que se utiliza o descritor quando este é ambíguo. O número e o conteúdo das notas de aplicação podem variar de um idioma a outro;
- d) Relações de equivalência semântica entre descritores e não-descritores;
- e) Relações de hierarquia entre descritores;
- f) Relações de associação de idéias entre descritores e;
- g) Além destas relações semânticas normalizadas, o tesouro contém também: relações de inclusão em um microtesouro e relações de equivalência linguística entre descritores que designam o mesmo conceito em diferentes idiomas.

A versão em espanhol contém 3516 termos; 2100 relações entre eles y 520 termos não preferenciais.

5.2 Ferramentas usadas em portugal

Conforme estudo que está se realizando em Portugal –sobre um universo de 406 bibliotecas escolares que tem respondido aos

questionários sobre as linguagens de indexação utilizadas- sabemos que em 370 centros se utiliza a CDU, em 3 a Classificação Dewey, em 81 a *Lista de Cabeçalhos de Assunto para Bibliotecas*, em 42 se emprega uma lista própria de termos controlados elaborados pela biblioteca escolar, em 12 o Tesouro Europeu da Educação e em 13 o Tesouro da Educação da UNESCO.

5.2.1 A C.D.U. (edição portuguesa)

Portugal tem um claro predomínio no uso da CDU como sistema de classificação que organiza os recursos de informação nas diversas áreas do conhecimento e que permite ordenar - com sua própria estrutura formal- a disposição física dos documentos na biblioteca.

De fato, segundo Simões (2008, p 23) o uso de CDU implica, na prática, duas dimensões:

- 1) a organização do conhecimento nos catálogos de forma lógica e sistemática, nos quais um código numérico serve como termo de ordenação hierárquica, facilitando o acesso aos documentos e;
- 2) a organização física dos documentos nas estantes, reunindo as obras que tratam de um mesmo tema e criando condições que favorecem o acesso dos usuários às obras que desconhece.

Na década dos anos 90, Baird (1994) justificou o uso de um sistema de classificação da biblioteca escolar nos seguintes termos:

classification is essential because it keeps information books on the same subject together. This means students and teachers can find the information they want as quickly as possible. Once they understand the library classification system they will know where to find the books they are looking for (BAIRD, 1994, p. 28).

Dado seu caráter enciclopédico, a CDU se mostra capaz de abarcar todos os campos do conhecimento, incluindo em suas classes todas as áreas de conhecimento escolar. Ademais, uma das vantagens da CDU nas bibliotecas escolares consiste em permitir aos estudantes intuir a ideia da organização do conhecimento como um conjunto completo, que se particulariza por áreas disciplinares.

Por outro lado, ao organizar intelectualmente o conhecimento em classes e categorias, se facilita a ordenação física dos recursos de informação. A notação da classificação se inclui na etiqueta de cada documento, o que permite designar de forma clara o lugar que ocupa nas prateleiras e estantes, permitindo o livre acesso e consulta da coleção. Na definição de Faria e Pericão (2008, p. 865-866) a notação é um

sistema de símbolos, normalmente por letras e números que, em uma linguagem documental de estrutura hierárquica (classificação) permite traduzir dentro de um sistema categorial, os conceitos e as relações entre eles; cada linguagem tem seus próprios sinais de notação: podem ser letras, números, números e sinais de pontuação que se combinam para formar índices significativos de conteúdo dos documentos.

Por estas características e funcionalidades, a CDU se apresenta como uma opção adequada para resolver as necessidades das bibliotecas escolares.

No entanto, dada a complexidade de sua estrutura concebida para ser utilizada por adultos, a aplicação da CDU em centros educativos requer uma adaptação aos níveis e grupos de idade que compõem seu público. Não obstante, apesar de seu uso generalizado, segundo observam alguns autores (ARAÚJO e SOUZA, 2012, p. 129) são quase inexistentes os estudos relativos à aplicação específica desta classificação bibliográfica a estas unidades de informação.

O uso de cores para identificar as principais classes é uma das técnicas mais comuns na adaptação da CDU nas bibliotecas escolares. A cor associa-se não somente com a notação de cada classe, mas também à respectiva legenda ou inscrição. Como tem assinalado Araújo e Souza (2012, p. 131-132), cada cor tem um significado simbólico inerente ao mesmo e desperta efeitos sensoriais específicos que é necessário considerar. No entanto, cada biblioteca escolar é livre para decidir como fazer coincidir a cor com as classes e temas representados.

Segundo alguns autores (PINHEIRO, 2009), a combinação de cores e imagens ou ícones promove a identificação dos usuários infantis com os recursos da biblioteca e seu plano de or-

ganização, o que favorece o uso do serviço bibliotecário. As cores representam uma das primeiras linguagens que as crianças percebem e sabem usar e podem ser um complemento útil para facilitar o conhecimento da biblioteca escolar.

Nas escolas do 2º e do 3º ciclo bem como do ensino médio, o uso de cores nas bibliotecas escolares pode manter-se, mas deixa de estar associado a elementos gráficos, que remetam para o lúdico. Esta opção de organização dos recursos da biblioteca segundo o público a que se destina é comum a várias tradições. Assim, por exemplo, Ubillo Venegas (2005) refere-se ao contexto chileno nos seguintes termos:

en muchas bibliotecas públicas con secciones infantiles, y escolares, los textos de ficción y no ficción son clasificados según el público objetivo al que está destinada. En el mejor de los casos la ficción está identificada a parte y por niveles de usuarios, pero el resto de los libros caben en una misma gran categoría, también organizada por público objetivo.

5.2.2 A Lista de Cabeçalhos de Assunto para Bibliotecas (LCAB)

A *Lista de Cabeçalhos de Assuntos para Bibliotecas* (LCAB) (BLANC-MONTMAYEUR, DANSET, 1999) é a segunda linguagem documental mais utilizada nas bibliotecas escolares portuguesas.

Trata-se de uma linguagem de indexação desenvolvida originalmente em 1984 em língua francesa e traduzida ao português em 1999 a partir da edição de 1998. Como lista de cabeçalhos possui uma estrutura pré-coordenada, de estrutura associativa ou combinatória, e compõe-se de listas alfabéticas de palavras (cabeçalhos e sub-cabeçalhos) capazes de representar os temas contidos nos documentos que conformam a coleção (FARIA e PERICÃO, 2008. p 753).

A Lista de cabeçalhos foi desenhada para seu uso em bibliotecas públicas. Por isso mostra uma grande proximidade com a linguagem natural e tem uma estrutura aberta, adaptando-se muito satisfatoriamente às características dos fundos documentais generalistas (tanto no relativo aos temas e assuntos como aos suportes documentais).

Trata-se de uma lista com um número de entradas amplo, porém não exaustiva, já que é

discricional para o indexador introduzir nomes próprios e alguns nomes comuns específicos no índice. Na introdução da Lista reúnem-se algumas pautas para a criação de novos cabeçalhos e para seu uso. Analisam-se questões gerais relacionadas com a pertinência, a exatidão, a coerência e a objetividade na indexação. Também abordam-se questões formais relacionadas com a eleição de cabeçalhos em número singular ou plural, em gênero masculino ou feminino, assim como o uso das siglas e a forma de consignar os nomes próprios. Também se aborda o sistema de referências cruzadas e relações de reenvio.

5.2.3. Thesaurus da Educação Unesco-OIE

As linguagens pós-coordenadas de estrutura combinatória parecem ter um uso bastante reduzido nas bibliotecas escolares portuguesas, segundo a referida investigação.

De fato, os dois tesouros identificados como possíveis opções foram selecionados por um número muito baixo de participantes no estudo. As duas opções referidas são o *Tesouro da Educação* e o *Tesouro Europeu da Educação*.

O *Tesouro da Educação* é uma lista estruturada de termos controlados para a indexação e busca de documentos nas áreas de Educação, Cultura, Ciências Naturais, Ciências Sociais e Humanas, Comunicação e Informação.

Foi criado em princípios de 1970 pelo Gabinete Internacional de Educação da UNESCO (GIE). A versão em português data de 1996 e consta de quatro partes:

- a) Títulos gerais dos campos semânticos e as facetas;
- b) Lista alfabética dos descritores e identificadores;
- c) Lista facetada dos descritores e identificadores e;
- d) Lista permutada dos descritores e identificadores.

A edição mais recente deste tesouro data do ano 2007 e está disponível online, unicamente em língua inglesa.

5.2.4 Thesaurus Europeu da Educação

Este tesouro tem edição em língua portuguesa desde 1991, procedente de

uma reformulação preexistente do Tesouro EUDISED. Foi criado para facilitar a comunicação entre os especialistas no campo da educação em diferentes países, devido a seu caráter multilíngue e também para facilitar o intercâmbio entre sistemas de informação com caráter internacional.

Aborda o campo interdisciplinar da educação em diferentes áreas específicas relacionadas com seu domínio. Seus descritores se agrupam em 42 microtesauros que configuram campos semânticos específicos.

5.2.5 Ferramentas de elaboração própria

Para finalizar esta breve incursão no panorama das linguagens documentais utilizadas nas bibliotecas escolares portuguesas, é necessário fazer referência a todas aquelas listas de termos controlados de criação própria.

Como salientou Malo (2009, p. 99), existe uma importante gama de opções quando se trata de ferramentas para o processamento da informação nas bibliotecas escolares

no entanto, na maioria foram construídas para contextos sócio-culturais e educativos diferentes do português e aqueles que têm sido traduzidos nem sempre respeitam a especificidade da língua portuguesa, resultando difícil adotar termos destes instrumentos de indexação.

A construção de um instrumento de controle terminológico, no entorno da biblioteca escolar ou da rede de bibliotecas escolares, permite a criação de uma linguagem documental adequada a natureza multidisciplinar deste tipo de unidades de informação, ajudando a consistência da indexação e garantindo a recuperação de informação que resolva as necessidades dos usuários.

5.3 Ferramentas usadas no Brasil

A partir de estudo diagnóstico desenvolvido por Fujita e Terra (2013) com um universo de 150 bibliotecas escolares no Brasil que responderam aos questionários sobre linguagens documentais utilizadas – sabemos que em 64% das bibliotecas se utiliza

a Classificação Decimal de Dewey (CDD), em 23% a Classificação Decimal Universal (CDU), em 14% uma Lista de Cabeçalhos de Assuntos para Bibliotecas não identificada, em 15% lista controlada de termos elaborada pela própria biblioteca, em 1% o Tesouro Brasileiro de Educação e em 1% o Tesouro da Educação da UNESCO.

Com estes resultados é possível inferir que, assim como as bibliotecas escolares de Portugal, a maioria das bibliotecas escolares brasileiras (87%) utilizam os sistemas de classificação, 29% utilizam listas de cabeçalhos de assuntos e somente 2% utilizam tesouros.

5.3.1 Classificação Decimal Universal – CDU

Além das informações demonstradas nas seções da Espanha e de Portugal sobre o sistema de Classificação Decimal Universal, que podem ser consideradas em âmbito brasileiro, acrescentamos que a Classificação Decimal Universal é editada em português no Brasil, desde 1997, pelo IBICT – Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia - que é detentor da licença para edição em língua portuguesa cujas publicações comercializa.

5.3.2 Classificação Decimal de Dewey - CDD

O sistema de Classificação Decimal de Dewey, criada pelo bibliotecário Melvil Dewey, é o sistema de classificação bibliográfica mais amplamente usado por bibliotecas no mundo. É continuamente atualizado desde 1867. Atualmente está na 23ª edição que pode ser usada em vários formatos: edição impressa em quatro volumes que inclui atualizações acrescentadas ao sistema ao longo dos últimos sete anos; a versão eletrônica, WebDewey, com entrega online atualizada continuamente; e a versão reduzida, Abridged Version 15, para coleções menores.

De acordo com Simões (2011) os principais fundamentos e características da CDD a tornam singular. É um sistema decimal porque usa uma notação decimal com dez classes de assuntos que abrangem todas as áreas de conhecimento, por isso, considerada universal. É dotada de um sistema controlado que garante a correspondência de um único

assunto a cada notação e é um sistema estruturado por apresentar uma estrutura de relações hierárquicas entre as classes e subclasses. Compõe-se de tabelas principais e auxiliares. As tabelas principais tem dez classes de conhecimento subdivididas, cada uma, em dez divisões e assim sucessivamente. As tabelas auxiliares são sete dedicadas a subdivisões específicas tais como regiões geográficas, línguas, artes, gêneros literários e outras. Possui notação constituída de algarismos arábicos e numeração decimal com a possibilidade de síntese que une dois ou mais elementos em uma notação composta. A consulta de um número de classificação pode ser realizada pelo Índice de assuntos que acompanha as Tabelas Principais e remetem ao número de classificação.

5.3.3 Listas de Cabeçalhos de Assunto

As listas de cabeçalhos de assuntos atualmente existentes são constantemente atualizadas e, também, importantes fontes para elaboração de listas de cabeçalhos pelas bibliotecas adequadas ao seu contexto, considerando-se a facilidade de interoperabilidade dos registros bibliográficos e de autoridades por meio dos formatos de metadados, com destaque para o MARC21 em catálogos online. As listas utilizadas no Brasil são:

Library of Congress Subject Heading - LCSH:

É a mais completa lista de cabeçalhos publicada. São editados suplementos mensais, acumulados periodicamente, onde se registram os novos cabeçalhos e as alterações ocorridas entre os já usados. A lista de cabeçalhos de assunto da LC é enumerativa, portanto, torna-se necessário consultar cada entrada (e suas subdivisões) para saber se é possível usar determinada combinação de cabeçalhos de assunto e sua subdivisão.

Ressalte-se que a LCSH evoluiu em suas últimas edições com a introdução e uso da nomenclatura de relações semânticas adotadas por tesouro, incluindo uma estrutura lógica de relações hierárquicas anteriormente atrofiada na linguagem. Essa evolução da LCSH, os formatos de intercâmbio de registros bibliográficos e os catálogos online

demonstram que o sistema pré-coordenado e as linguagens alfabéticas pré-coordenadas são importantes para a finalidade de recuperação da informação.

Lista de cabeçalhos de Assuntos da Rede BIBLIODATA:

A uniformização e padronização das entradas de assunto são garantidas pela manutenção de uma Lista de Cabeçalhos de Assunto para uso de bibliotecas brasileiras participantes da Rede. Esta Lista, representada como Bases de Autoridades Assuntos, é fundamentada na Library of Congress Subject Headings (LCSH), mantendo a estrutura de linguagem pré-coordenada, respeitando as características da língua portuguesa (FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS, 1995, p. 11-12). Atualmente, está sob responsabilidade do IBICT - Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia². "Em 2009, a FGV e o Ibict assinaram o Termo de Cessão de Uso de Software nº 3/2009, visando à transferência da Rede Bibliodata para administração do Instituto. A partir de 2013, a Rede Bibliodata passa a funcionar sob a responsabilidade do Ibict." (Disponível em: <http://www.ibict.br/informacao-para-ciencia-tecnologia-e-inovacao%20/rede-bibliodata/sobre-a-rede-bibliodata/?searchterm=bibliodataI>)

Terminologia de assuntos da Biblioteca Nacional do Brasil:

A Biblioteca Nacional do Brasil (www.bn.br) disponibiliza online a Terminologia de Assuntos como linguagem de indexação atualizada pela equipe de bibliotecários em português e inglês com base na Library of Congress Subject Headings e coordena um consórcio formado por bibliotecas públicas, universitárias e governamentais. Diferente da linguagem da Rede BIBLIODATA, a Terminologia de Assuntos da Biblioteca Nacional adotou a mesma evolução da LCSH no que se refere ao uso da nomenclatura de relações semânticas adotadas por tesouro, incluindo uma estrutura lógica de relações hierárquicas.

² <http://bibliodata.ibict.br/>

5.3.4 Thesaurus Brasileiro de Educação - BRASED

De acordo com informações contidas no site do INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira do Ministério da Educação do Brasil, "O *Thesaurus* Brasileiro da Educação (Brased) é um vocabulário controlado que reúne termos e conceitos, extraídos de documentos analisados no Centro de Informação e Biblioteca em Educação (Cibec)" (Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/pesquisa-thesaurus>). Este tesouro existe desde 1980 por iniciativa do professor Gaetano Lo Monaco. Conforme informações do site do thesaurus do INEP, "os termos são selecionados e estruturados dentro de uma matriz conceitual, elaborada a partir de uma análise crítica da realidade educacional e de seu contexto".

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As bibliotecas escolares são consideradas como centros ativos de recursos informativos e documentais a serviço do ensino e da aprendizagem, com uma forte implicação estratégica nos processos pedagógicos desenvolvidos no centro, em cuja configuração intervêm abordagens tanto biblioteconômicas, como educativas e sociológicas.

Plenamente integradas nos projetos educativos e curriculares dos centros, desempenham um papel essencial na educação, pois albergam uma grande variedade de recursos de informação que dão resposta as necessidades que esperam seus usuários.

Porém somente se a informação de que dispõem está convenientemente tratada e organizada, podem cumprir as funções que lhe são próprias e proporcionar os serviços requeridos.

Para isso, é necessário que os bibliotecários conheçam as características do fundo documental e as fontes disponíveis; as técnicas e ferramentas adequadas para processar e tratar o fundo bibliográfico assim como os métodos de recuperação da informação, pois não existem fórmulas mágicas que consigam organizar os recursos e resolver as demandas, sem esforço e trabalho profissional.

Os laboriosos processos de tratamento documental requerem o emprego de ferramentas específicas, adaptadas às características dos usuários das bibliotecas escolares, que fazem possível a representação e a recuperação dos documentos que integram seus fundos bibliográficos.

O estudo detalhado e o conhecimento das ferramentas que permitem organizar a informação nas bibliotecas escolares facilita o aproveitamento dos recursos e contribui para melhorar a qualidade dos serviços que prestam.

Nas três realidades nacionais estudadas - espanhola, portuguesa e brasileira- se comprova o uso de linguagens documentais de caráter geral para indexar e classificar os conteúdos das bibliotecas escolares. Isto é particularmente claro no Brasil e Portugal, onde não existem linguagens documentais adaptadas ou criadas especificamente para bibliotecas escolares. No caso espanhol, a existência da *Lista de Cabeçalhos de Assuntos para livros infantis e juvenis*, criada de forma específica para organizar uma coleção dirigida a crianças e jovens, permite o uso de um vocabulário adaptado ao grupo de idade em questão.

Por isso, considerando a necessidade crescente de que as bibliotecas escolares intensifiquem seu trabalho em rede - dado que as coleções compartilhem características comuns e categorias similares de públicos e usuários- seria recomendável reunir esforços no intuito de elaborar e melhorar linguagens documentais comuns.

Esta tendência à normalização também deverá ter em conta as especificidades de cada biblioteca escolar e seu contexto específico. Para isso, o emprego da classificação por centros de interesse pode considerar-se uma opção interessante.

Sem dúvida, será através da reflexão e do trabalho compartilhado entre bibliotecários, professores e o conjunto dos atores da comunidade educacional; dentro de espaços interdisciplinares no âmbito das Ciências da Informação, a Documentação e a Educação, onde possam desenvolver-se estes avanços necessários.

DOCUMENTAL LANGUAGES FOR SCHOOL LIBRARIES: the case of Spain, Portugal and Brazil

ABSTRACT This article analyzes the specific features and processes of indexing and classification performed in school libraries to process and retrieve information from their collections. Subject languages used in Spanish, Portuguese and Brazilian Portuguese school libraries are also analyzed. To achieve this goal, the concept of school library was analyzed, its function was studied and the techniques and tools that allow the information organization were examined. Among the tools, we studied the Subject Headings Lists for children and juveniles' books and the Subject Headings List for public libraries, the Universal Decimal Classification System (paperback edition) or the classification by fields of interest and specialized thesauri like the *Tesouro de la Educación UNESCO-OIE* and the *TesouroEuropeo de la Educación*.

Keywords: School libraries; Indexing; Classification, Information Organization; Classification Systems; Subject Heading Lists; Thesaurus; Spain; Brazil; Portugal.

Artigo recebido em 19/08/2014 e aceito para publicação em 23/12/2014

REFERÊNCIAS

- AGUSTÍN LACRUZ, M. C. Función y misión de la Biblioteca escolar. En Caballud Albiac, M. (coord.). **P[lan de lectura**. Sugerencias para un plan de lectura, escritura y expresión oral. Zaragoza: Gobierno de Aragón, Departamento de Educación, Cultura y Deporte, 2011. p. 176-179.
- AGUSTÍN LACRUZ, M. C., YUBERO CORTÉS, A. La clasificación por centros de interés; una propuesta alternativa a la organización documental en las bibliotecas públicas. En García Caro, C. y Vílchez Pardo, J. (coord.). **Homenaje a Isabel de Torres Ramírez**: estudios de documentación dedicados a su memoria. Granada: Universidad de Granada, 2009. p. 1-12.
- ARAÚJO, F. de A. N. G. de, SOUZA, J. Classificação bibliográfica com o auxílio de cores para bibliotecas escolares. **Páginas A&B**, v.2, n.10, p.119-138, 2012.
- BAIRD, N. **Setting up and running a school library**. Harlow: Heinemann, 1994. Obtido em <<http://www.arvindguptatoys.com/arvindgupta/vsolibrary.pdf>>
- BLANC-MONTMAYEUR, M., DANSET, F. **Lista de cabeçalhos de assunto para bibliotecas**. Lisboa: Caminho, 1999.
- BRASIL. Presidência da República. **Lei nº 12.244 de 24 de maio de 2010** – Dispõe sobre a universalização das bibliotecas nas instituições de ensino do país. Brasília, DOU de 25 de maio de 2010.
- CLASIFICACIÓN DECIMAL UNIVERSAL (CDU). **Edición de bolsillo**. Madrid: AENOR, 2004.
- DOMÍNGUEZ SANJURJO, R. **Nuevas formas de organización y servicios en la biblioteca pública**. Gijón: Trea, 1996.
- DOMÍNGUEZ SANJURJO, R. **Ideas para bibliotecarios**: Organización de los fondos por centros de interés. Madrid: Ministerio de Educación, Cultura y Deporte, Dirección General del Libro, Archivos y Bibliotecas, 2002. Obtido em <<http://www.mibiblioteca.org/>>
- FARIA, M. I., PERICÃO, M. da G. **Dicionário do livro**: da escrita ao livro eletrônico. Coimbra: Almedina, 2008.
- FUJITA, M. S. L., TERRA, A. L. S. Políticas de indexação nas bibliotecas escolares do Brasil e de Portugal. In: **Forum Brasileiro de Biblioteconomia Escolar**: pesquisa e prática, 1., 07 a 10 de julho de 2013. (Apresentação em slides).

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. Rede BIBLIODATA/CALCO. **Manual de cabeçalhos de assunto:** normas e procedimentos: versão 1.0. Rio de Janeiro, 1995.

GIL URDICIAIN, B. **Manual de lenguages documentales.** Madrid: Noesis, S. L., [1996]. 269 p.

GUIMARÃES, José Augusto Chaves. Recuperação temática da informação. **Rev. Bras. Bibliotecon. e Doc.**, v. 16, n.3/4, p. 112-30, jan./dez.1990.

IFLA (International Federation of Library Associations and Institutions) **Diretrizes de la IFLA/UNESCO para la biblioteca escolar.** 2002. Obtido em: <http://archive.ifla.org/VII/s11/pubs/sguide02-s.pdf>.

IFLA (International Federation of Library Associations and Institutions); UNESCO (Organización de las Naciones Unidas para la Educación, la Ciencia y la Cultura) (2000). **Manifiesto UNESCO/IFLA sobre la Biblioteca Escolar.** Obtido em: http://www.unesco.org/webworld/libraries/manifestos/school_manifiesto_es.html

MALO, M. J. de O. M. de C. **As bibliotecas escolares e as linguagens documentais:** proposta metodológica para a elaboração de uma Lista Controlada de Termos. Universidade Aberta, 2009.

PINHEIRO, S. Classificação em cores: uma metodologia inovadora na organização das bibliotecas escolares do município de Rondonópolis-MT. **Revista digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, v.7, n.1, p.163-179, 2009.

SIMÕES, M. da G. **Classificação Decimal Universal:** fundamentos e procedimentos. Coimbra: Almedina, 2008.

SIMÕES, M. da G. **Classificações bibliográficas:** percurso de uma teoria. Coimbra: Almedina, 2011.

TESAURO DE LA EDUCACIÓN UNESCO-OIE = UNESCO - **IBE Education Thesaurus.** 6th Edition. 2.ed.rev. 2007. Obtido em: <<http://www.ibe.unesco.org/es/servicios/documentos-en-linea/tesauro-de-la-educacion-unesco-oie/sexta-edicion-2007.html>>

TESAURO EUROPEO DE LA EDUCACIÓN. Versión en lengua española. Edición 2003. Obtido em: <http://www.doredin.mec.es/documentos/TEESP.pdf>.

UBILLO VENEGA, M. A. Clasificación por colores en bibliotecas para niños: proponiendo el código junior en colores. **Bibliodocencia: revista de profesores de bibliotecología**, v.2, n.11. Obtido em: http://eprints.rclis.org/7142/1/Clasificacion_por_Colores.pdf

VAN SLYPE, G. **Los lenguages de indización:** concepción, construcción y utilización en los sistemas documentales. Trad. Pedro Hípola e Félix de Moya. Madrid : Fundación Germán Sánchez Ruipérez; Pirámide, 1991. 200p. Tradução de: Les languages d'indexation: conception, construction et utilisation dans les systèmes documentaires.

VILLALÓN, A. **Encabezamientos de materia para libros infantiles y juveniles.** Madrid: Fundación Germán Sánchez Ruipérez; Pirámide, 1994. Biblioteca del Libro; 61.

VISCAYA ALONSO, D. **Lenguages documentarios.** Corrientes: Nuevo Paradigma, [1997]. 160 p.